

Ano XX n° 5796 – 19 abril de 2018

Dois anos de golpe: mais desempregados, menos carteira assinada



Dois anos atrás, uma inesquecível sessão da Câmara dos Deputados autorizou o prosseguimento do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, sob pretexto de "pedaladas" fiscais, mas com um vasto repertório de ataques ao governo. Muitos se declaravam indignados com o aumento do desemprego. No 1º de Maio de 2016, o senador Aécio Neves, por exemplo, disse se "solidarizar" com os mais de 10 milhões de desempregados no país, segundo ele vítimas da política econômica. Na mesma data, Marina Silva (Rede) disse que seria "o pior Dia do Trabalhador deste século". Porém, hoje, às vésperas do 1º de Maio de 2018, o número supera os 13 milhões.

No intervalo de praticamente dois anos, o Brasil sob Temer perdeu aproximadamente 1,4 milhão de postos de trabalho formais, de acordo com os números do IBGE. E "ganhou" 1,7 milhão de desempregados.

Embora o governo insista no discurso da "retomada", os dados do mercado de trabalho não autorizam prognósticos otimistas. No trimestre encerrado em abril de 2016, o país tinha 11,411 milhões de desempregados, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE. Em dezembro do ano passado, depois da "reforma" trabalhista, que seria uma "solução" para o mercado, esse número subiu para 12,311 milhões. Em fevereiro último, atingiu 13,121 milhões.

Proposta do governo quer o fim do direito constitucional à saúde pública

Quem utiliza os serviços do SUS (Sistema Único de Saúde) precisa ficar atento aos possíveis ataques. A Febraplan (Federação Brasileira de Planos de Saúde) apresentou projeto que aponta que até 2038 somente 50% da população terá acesso ao serviço de saúde pública.

Apesar de completar 30 anos em 2018 e ser de grande importância, o SUS é tratado como mercadoria e a postura é apoiada pelo governo. Aprovar a regra que congela os recursos públicos por 20 anos comprova que a intenção é acabar com o sistema. Pesquisa do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) mostra que 70% dos brasileiros dependem do SUS para ter atendimento médico.

Pela proposta da Febraplan, o sistema ainda seria privatizado. O projeto prejudica a parcela mais carente da sociedade que não tem condições de arcar com as altas despesas de saúde. Ainda segundo a Federação, a outra parcela de usuários seria obrigada a contratar um plano privado ou pagar exames e consultas particulares, se precisar de atendimento médico. E quem não tem dinheiro vai ficar sem opção.

Agências da Caixa deixam de emitir CPF

Após o fim do acordo entre a Caixa e Receita Federal, a estatal não terá disponibilidade na emissão do CPF. A partir de agora, as pessoas que necessitam do documento terão de recorrer a outros lugares, como agências do Correios ou Banco do Brasil, além do cadastro online na página da Receita Federal (www.receita.federal.gov.br), que está disponível durante toda a semana.

Os interessados devem preencher dados em um formulário eletrônico e depois desse processo terão automaticamente os números do CPF e o comprovante de inscrição. Realizando pelo endereço eletrônico citado, não tem cobrança de custos.

Se a pessoa tiver interesse em fazer pessoalmente o procedimento na agência do BB ou Correios, deverá pagar uma tarifa de R\$ 7,00 para retirar o documento.

